

## ■ NACIONAL

# Senado pode votar limites para a guerra fiscal

Emenda prevê o limite da renúncia em 100% e determina que incentivos sejam diferenciados regionalmente

César Felício e Líliliana Lavoratti  
de Brasília

A guerra fiscal deflagrada pelos estados para captar investimentos pode estar com os dias contados. Uma emenda constitucional do senador Waldeck Ornellas (PFL-BA) deverá ser votada pelo Senado nas próximas semanas transferindo do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para o Senado a incumbência de fixar os limites em que os governos estaduais poderiam trafegar no momento em que procurassem captar novos investimentos.

A idéia é estabelecer entre esses parâmetros a proibição para excessos como renúncia de 100% da arrecadação, como alguns estados estão fazendo. A emenda, contudo, consagraria na lei a possibilidade de se usar incentivos fiscais para a atração de investimentos e determinaria que os incentivos fossem diferenciados regionalmente.

O governo encara a emenda com prudência e senadores mais afinados com o Palácio do Planalto preferem que a fixação dos parâmetros dependa da iniciativa

da presidência da República. Mas o tema é polêmico porque a prática de renúncia de receitas não é totalmente exclusiva dos governos estaduais. O próprio governo federal, no ano passado, abriu mão de vários tributos ao editar a Medida Provisória do regime automotivo.

De acordo com a Receita Federal, a renúncia fiscal do governo federal estimada para este ano é de R\$ 15 bilhões devido a incentivos fiscais, isenções e outros benefícios tributários concedidos a

empresas e pessoas físicas. O valor corresponde a 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e quase o triplo da arrecadação prevista com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em 1997.

Em relação aos estados, não há controle sobre qual é a somatória da renúncia. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) estima que a política de guerra fiscal atraiu só para a região Nordeste R\$ 6 bilhões em investimentos nos últimos dois anos, causando a migração de 700

empresas das regiões sul e sudeste. Só para o seu estado, a Paraíba, teria ido R\$ 1,2 bilhão.

“Foi uma decisão que valeu a pena. Na Paraíba, a renúncia fiscal chega a 16 anos, mas as indústrias que se instalaram na região diminuíram o desemprego, aumentaram o consumo e geraram um efeito benéfico na arrecadação. Mas no momento em que os estados do sul e do sudeste passaram a fazer a mesma coisa a guerra fiscal passou a ter um caráter ameaçador”, afirma Suassuna.



Ney Suassuna